



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1011659-48.2018.8.26.0037**
Classe - Assunto: **Mandado de Segurança Cível - Extinção do Crédito Tributário**
Impetrante: **Associação Cultural Nipo-brasileira de Araraquara**
Impetrado: **Sr. Secretário da Fazenda do Município de Araraquara**

Juiz de Direito: Dr. **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos etc.,

ASSOCIAÇÃO CULTURAL NIPO-BRASILEIRA

DE ARARAQUARA, qualificada nos autos, interpôs mandado de segurança em face de ato praticado pelo **SECRETÁRIO DO MUNICÍPIO DE ARARAQUARA**, alegando que tendo em vista a pavimentação asfáltica realizada pelo Município, este efetuou a cobrança do tributo denominado contribuição de melhoria. Ocorre que não foi observado o Princípio da Legalidade Estrita, porquanto o tributo foi criado mediante edital e ainda não foi demonstrado o montante de valorização individual e o montante correspondente ao custo total da obra, o que torna a cobrança ilegal. Pleiteou em tutela antecipada a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e, ao final, a concessão da segurança para extinção do referido crédito. Com a inicial vieram os documentos.

A tutela de urgência postulada foi indeferida. Contra esta decisão foi interposto agravo de instrumento, sendo concedido efeito suspensivo.

Ato contínuo, requisitou-se informações à autoridade coatora. Deu-se ciência ao correspondente ente público.

Notificada a autoridade coatora, prestou suas informações. O Município de Araraquara interveio como assistente litisconsorcial. Ao final o representante do Ministério Público declinou de sua intervenção.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

É O RELATÓRIO.

FUNDAMENTO E DECIDO.

Trata-se de Mandado de Segurança por meio do qual a impetrante aponta ilegalidade da cobrança do tributo "Contribuição de Melhoria", resultado de obra pública de pavimentação asfáltica, dizendo que determinados requisitos legais não foram atendidos pela Municipalidade.

Logo, o tema em debate gira em torno da nulidade ou não do lançamento fiscal referente à cobrança da contribuição de melhoria, objeto do Edital nº 01/2017.

Pois bem.

Nos dizeres de Hugo de Brito Machado, "A contribuição de melhoria é a espécie de tributo cujo fato gerador é a valorização de imóvel do contribuinte, decorrente de obra pública, e tem por finalidade a justa distribuição dos encargos públicos, fazendo retornar ao Tesouro Público o valor despendido com a realização de obras públicas, na medida em que destas decorra valorização de imóveis." (in Curso de Direito Tributário . 18ª ed., São Paulo: Malheiros, 2000, p. 359).

De acordo com o art. 145, inc. III, da Constituição Federal, é facultada aos Municípios a instituição da espécie de tributo denominado "contribuição de melhoria", delineando o Código Tributário Nacional, em seu art. 81, que a sua cobrança "é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado".

No mesmo sentido, o art. 1º do Decreto-lei 195/67 dispõe que: "A contribuição de melhoria, prevista na Constituição Federal tem como fato gerador o acréscimo do valor do imóvel localizado nas áreas beneficiadas direta ou indiretamente por obras públicas".

Ou seja, o fato gerador da contribuição de melhoria é a valorização imobiliária decorrente de obra pública e a sua base de cálculo será a própria valorização individual do imóvel beneficiado.

Decorre daí, que o parâmetro para cobrança do tributo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

em questão deve ser a vantagem auferida pelo proprietário, ou seja, a real valorização imobiliária decorrente da obra pública, não podendo ser cobrada pela simples realização da obra, sob pena de restarem desatendidos os artigos 81 e 82 do Código Tributário Nacional e 145, inciso III, da Constituição Federal.

De fato, o artigo 81, do CTN, menciona expressamente que o valor a ser cobrado a título de contribuição de melhoria é em decorrência da valorização que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

O artigo 82 do mesmo códex, por sua vez, preconiza que a lei relativa à contribuição de melhoria deverá observar os seguintes requisitos: publicação prévia do memorial descritivo do projeto; o orçamento relativo ao custo da obra e a prévia fixação da parcela que deve ser abatida mediante a respectiva contribuição; a exata delimitação da zona beneficiada; a determinação do fator de absorção do benefício, em virtude da valorização para a área total ou para cada trecho diferenciado

Nesse cenário, o Município comprovou o atendimento dos requisitos supramencionados e faz jus ao recebimento da contribuição de melhoria pleiteada; o Município publicou edital (fls. 34/49) de acordo com a previsão legal. Não há qualquer vício na cobrança.

Logo, inexistente direito líquido e certo da impetrante para a suspensão da exigibilidade do tributo, porquanto o impetrado cumpriu os comandos legais.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a presente ação e **DENEGO A SEGURANÇA** pleiteada.

Observe-se a tutela antecipada concedida em sede de agravo (fls. 69/70), comunicando-se.

Custas pela impetrante, que está isenta do pagamento dos honorários advocatícios, a teor da Súmula 105 S.T.J.

P.R.I.

Araraquara, 14 de dezembro de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425